



Pare a extração forçada de órgãos dos prisioneiros de consciência na República Popular da China



Petição anual ao G7+7

*Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos, União Europeia
+ Argentina, Austrália, Índia, Israel, México, Coreia do Sul, Taiwan*

A extração forçada de órgãos significa o assassinato de uma pessoa para o propósito de remover seus órgãos e transplantá-los em outra pessoa. Na República Popular da China (RPC), essa prática é sancionada pelo Estado e atingiu uma escala industrial nos últimos 25 anos. Esse é um dos crimes mais graves e terríveis contra a humanidade do século XXI.

Em 2019, o Tribunal da China, presidido por Sir Geoffrey Nice KC, concluiu que, em toda China, a extração forçada de órgãos tem sido realizada há anos e em uma escala significativa e continua até hoje, e que os praticantes do Falun Gong são o principal grupo de vítimas.

A extração forçada de órgãos foi descrita como um genocídio frio, lento e oculto contra o Falun Gong, porque é usada para obter lucro e para eliminar o grupo e sua prática, baseada em Verdade, Compaixão e Tolerância. A ação insuficiente da comunidade internacional permitiu que esses crimes continuassem e fossem perpetrados também contra a população Uigures nos últimos anos.

As práticas médicas antiéticas ou criminosas de um país ameaçam os padrões éticos da medicina em todo o mundo. Uma resposta direta e decisiva da comunidade internacional é extremamente necessária para acabar com esse crime bárbaro.

Portanto, direcionamos as seguintes solicitações aos líderes governamentais dos países do G7+7:

Emitir uma declaração conjunta, condenando a prática da extração forçada de órgãos da RPC, pedindo seu fim imediato e implementar um plano de ação intergovernamental que inclua o seguinte:

- 1) Iniciar medidas para informar os cidadãos e protegê-los de serem cúmplices da extração forçada de órgãos por meio da obtenção de um órgão transplantado na RPC ou por meio da ajuda e incentivo à extração forçada de órgãos por meio da prática médica, pesquisa ou treinamento.
- 2) Interromper qualquer intercâmbio prático, de pesquisa ou treinamento relacionado a transplantes com a RPC até que ela ofereça provas de que a extração forçada de órgãos dos prisioneiros de consciência tenha cessado, e isso deve ser verificado por inspeções independentes e sem aviso prévio.
- 3) Iniciar audiências parlamentares anuais sobre a extração forçada de órgãos na RPC e providenciar relatórios anuais que incluam depoimentos de testemunhas e especialistas.
- 4) Iniciar investigações para determinar a responsabilidade por quaisquer atos contrários às disposições da Convenção sobre Genocídio cometidos contra os praticantes de Falun Gong, os Uigures e outros na RPC.